



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**[Entre falar e escrever]**

*Antigamente os professores de ginásio\* ensinavam a escrever mandando fazer redações que puxavam insensivelmente para a grandiloquência, o preciosismo ou a banalidade: descrever uma floresta, uma tempestade, o estouro da boiada; comentar os males causados pelo fumo, o jogo, a bebida; dizer o que pensa da pátria, da guerra, da bandeira. Bem ou mal, íamos aprendendo, sobretudo porque naquele tempo os professores tinham tempo para corrigir os exercícios escritos (o meu chegava a devolver os nossos com igual número de páginas de observações e comentários a tinta vermelha; que Deus o tenha no céu dos bons gramáticos). Mas o efeito podia ser duvidoso. Lembre-se por analogia o começo do romance **S. Bernardo**, de Graciliano Ramos. O rústico fazendeiro Paulo Honório quer contar a própria vida, mas sendo homem sem instrução, imagina um método prático: contaria os fatos ao jornalista local e este redigiria. No entanto... Leiamos:*

*O resultado foi um desastre. Quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator do jornal apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheios de besteiras que me zanguei: – Vá para o inferno, Gondim. Você acanalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota! Há lá ninguém que fale dessa forma!*

*O jornalista observa então que “um artista não pode escrever como fala”, e ante o espanto de Paulo Honório, explica:*

*– Foi assim que sempre se fez. A literatura é literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia.*

*Então Paulo Honório põe mãos à obra do seu jeito, “escreve como fala” e resulta o romance **S. Bernardo**, um clássico de Graciliano Ramos.*

(Adaptado de Antonio Candido, **O albatroz e o chinês**)

\* **Ginásio:** antiga denominação de período escolar, que hoje corresponde às quatro últimas séries do ensino fundamental.

1. O autor do texto deixa ver que seus professores no ginásio acabavam valorizando, numa redação,
  - (A) formas concisas de expressão e ousada inventividade linguística.
  - (B) ostentação retórica e correta abordagem de temas educativos e cívicos.
  - (C) valores morais edificantes e expressões em nível bastante coloquial.
  - (D) rigorosa correção ortográfica e originalidade na condução de temas polêmicos.
  - (E) o cultivo do pensamento autocrítico e discricção quanto ao estilo praticado.
2. Ao lembrar que *o efeito podia ser duvidoso*, o autor do texto está aventando a hipótese de que, nas redações,
  - (A) as banalidades decorriam do fato de os alunos não terem aceitado as orientações dos professores.
  - (B) alguns fracassos originavam-se do fato de que os temas eram por demais complexos para a faixa etária dos alunos.
  - (C) expressavam-se muitas dúvidas quanto a ser mais desejável a grandiloquência do que o despojamento da linguagem.
  - (D) nem sempre era muito positivo o saldo final das atividades exercidas pelos mestres e pelos alunos.
  - (E) o que parecia ser um defeito ou uma impropriedade era, na verdade, o resultado de um excessivo domínio da língua.
3. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. Os dois trechos citados de **S. Bernardo** ilustram posições antagônicas quanto a atributos que devem marcar a linguagem literária.
  - II. A linguagem do primeiro trecho citado de **S. Bernardo** não satisfaz os requisitos preciosistas impostos pelos antigos professores de ginásio.
  - III. Deduz-se que o jornalista Gondim é um adepto da linguagem direta e simples, havendo mostrado um estilo “pernóstico” apenas para atender o gosto pessoal de Paulo Honório.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.



4. Considerando-se o contexto, indica-se corretamente o sentido assumido por um elemento do texto em:
- (A) *Lembre-se por analogia* = volte-se por contraste
- (B) *puxavam insensivelmente* = tendiam imperceptivelmente
- (C) *acanalhou o troço* = subestimou nosso estilo
- (D) *arranjar palavras com tinta* = passar a limpo um texto
- (E) *põe mãos à obra do seu jeito* = tenciona compor convencionalmente
- 
5. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Interessava aos antigos professores de português suscitar nos alunos o gosto pelos efeitos de retórica nas redações.
- (B) A nenhum dos professores do ginásio ocorreriam imaginar que a linguagem falada pode ser um registro de alto valor estético.
- (C) Nos dois trechos citados de Graciliano Ramos encontram-se elementos da linguagem falada a que não faltam vivacidade.
- (D) O autor faz votos de que aos bons gramáticos se reservem, por justas razões, acomodação privilegiada no céu.
- (E) Graças às convicções de que Graciliano não abriam mão, acabou produzindo uma obra-prima em estilo seco e incisivo.
- 
6. Paulo Honório (**querer**) contar a própria vida, mas, julgando que não o (**conseguir**), (**pedir**) ao jornalista Gondim que o (**fazer**).
- Os verbos indicados entre parênteses estarão adequadamente correlacionados na frase acima caso se flexionem nas seguintes formas:
- (A) quisera – conseguirá – pedisse – faria
- (B) queria – conseguiria – pediu – fizesse
- (C) queria – conseguisse – pedia – faça
- (D) quis – consegue – pede – fizesse
- (E) quis – conseguiu – pediu – faça
- 
7. A transposição para a voz ativa da frase *Foi assim que sempre se fez a literatura* tem como resultado:
- (A) Sempre foi assim que a literatura fez.
- (B) Assim é que sempre foi feita a literatura.
- (C) Terá sido feito sempre assim, a literatura.
- (D) Foi sempre assim que a literatura tem feito.
- (E) Foi assim que sempre fizeram a literatura.
- 
8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre texto:
- (A) Muita gente imagina que literatura é aonde se escreve como se fala, embora hajam autores que consigam fazê-lo com arte.
- (B) O gosto literário dos antigos professores de portugueses não suscitava qualquer dúvida quanto ao brilho da retórica exagerada.
- (C) A formulação mesma dos temas de redação era um indubitável encaminhamento do aluno para o estilo grandiloquente.
- (D) A linguagem rude de Paulo Honório não desestimulou-lhe de escrever um romance que se notabilizaria como literário.
- (E) Embora Graciliano Ramos ache mais preferível uma linguagem concisa do que a empolada, ele é um escritor bastante culto.
- 
9. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado, na verdade a pompa retórica indicia, o vazio do pensamento.
- (B) Para o gosto moderno, a grandiloquência, não surge, ao contrário de outras épocas como prova de gosto refinado, na verdade a pompa retórica indicia: o vazio do pensamento.
- (C) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge, ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado; na verdade, a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
- (D) Para o gosto moderno, a grandiloquência não surge, ao contrário de outras épocas como prova de gosto refinado, na verdade, a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
- (E) Para o gosto, moderno, a grandiloquência, não surge, ao contrário de outras épocas, como prova de gosto refinado: na verdade a pompa retórica indicia o vazio do pensamento.
- 
10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Não deu certo o tal do método prático em cuja eficiência Paulo Honório chegou a acreditar.
- (B) Para o jornalista, a criação da língua literária requer uma técnica sofisticada em que nenhum escritor pode abdicar.
- (C) Quando Paulo Honório leu os dois capítulos datilografados, sentiu neles um artificialismo verbal de que jamais toleraria.
- (D) Se literatura fosse um arranjo de palavras difíceis, os dicionaristas fariam poemas de cujo brilho ninguém superaria.
- (E) A linguagem com que Paulo Honório de fato aspirava era simples, direta, e não uma coleção de figuras retóricas.



**Atenção:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto que segue.

### Da idade

*Sou de opinião que aos vinte anos nosso espírito já se desenvolveu completamente, já é o que será e mostra o de que é capaz. O espírito que até essa idade não deu demonstração evidente de sua fortaleza nunca o dará mais tarde. As qualidades e virtudes de nossa natureza já revelaram, então, o que têm de rigoroso e belo – ou nunca o revelarão. “Se o espinho não pica ao nascer, bem pouco ou nada picará”, já se disse.*

*As mais belas ações que conheço, deste século ou dos séculos passados, foram praticadas antes dos trinta anos. Quanto a mim, creio ser evidente que meu espírito e meu físico antes diminuíram, depois dessa idade, que aumentaram em força e em lucidez. É o que me leva a considerar desajustadas as nossas leis, não porque nos deixam trabalhar até uma idade demasiado avançada, mas por não o permitirem suficientemente cedo.*

(Adaptado de Montaigne, **Ensaaios**)

11. Entre os dois parágrafos do texto estabelece-se uma relação coerente, que deve ser assim traduzida:

- (A) como nosso espírito se fragiliza depois dos vinte anos, é preciso trabalhar até uma idade avançada.
- (B) já que as forças do espírito se manifestam muito cedo, deve-se evitar o trabalho na velhice.
- (C) nos casos de precocidade criativa, os jovens devem deixar de confiar excessivamente no futuro.
- (D) uma vez que nosso espírito se define muito cedo, melhor seria aproveitá-lo em sua plena juventude.
- (E) nos casos de senilidade precoce, devem os velhos afastar-se em benefício dos jovens.

12. No contexto, o sentido do provérbio “*Se o espinho não pica ao nascer, bem pouco ou nada picará*” encontra equivalência em:

- (A) O que cedo não se revela jamais se revelará.
- (B) A cada dia devem bastar seus próprios males.
- (C) Não se pode apressar a natureza.
- (D) A vigilância contínua é o caminho do sucesso.
- (E) Mais vale o próximo possível que o ideal distante.

13. Deve-se **corrigir**, por falha estrutural, a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montaigne vale-se de sua experiência pessoal para argumentar em favor de um melhor aproveitamento do trabalho dos jovens.
- (B) Muitos acreditam, como Montaigne, que o nosso espírito se define cedo e que pouco a ele acrescentará a passagem do tempo.
- (C) Como se acredita que logo se defina o espírito dos jovens, razão pela qual há quem os queira trabalhando mais cedo.
- (D) A crítica que faz Montaigne às leis diz respeito às restrições que elas impõem ao aproveitamento do trabalho dos mais jovens.
- (E) Será que um lento aprendizado, proporcionado pelas experiências, vale menos do que as inclinações naturais?

14. Nosso espírito logo se define, logo se agregam ao nosso espírito as marcas que distinguirão nosso espírito para sempre, já que nunca faltarão ao nosso espírito os impulsos determinantes da natureza.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) agregam-no – lhe distinguirão – lhe faltarão
- (B) agregam-lhe – lhe distinguirão – faltar-lhe-ão
- (C) agregam a ele – lhe distinguirão – lhe faltarão
- (D) o agregam – o distinguirão – o faltarão
- (E) lhe agregam – o distinguirão – lhe faltarão

15. Atente para as seguintes afirmações:

- I. As vocações se revelam desde muito cedo.
- II. Não há vocações tardias.
- III. Os jovens devem trabalhar logo.

Essas afirmações estão articuladas de modo correto, claro e coerente em:

- (A) Como desde muito cedo os jovens se revelam, suas vocações para o trabalho não devem de ser tardias.
- (B) Uma vez que não há vocações tardias, os jovens devem trabalhar desde cedo, conquanto logo se revelem.
- (C) Como não há vocações tardias, dado que muito cedo já se revelam, devem os jovens trabalhar logo.
- (D) Logo devem os jovens trabalharem, visto que não havendo vocações tardias, desde cedo elas se revelam.
- (E) Sendo que não há vocações tardias, os jovens devem logo trabalhar, já que aquelas se revelam desde muito cedo.

**Noções de Informática**

16. Sobre *hardware* e *software*, analise:

- I. ROM são memórias de baixa velocidade localizadas em um processador que armazena dados de aplicações do usuário para uso imediato do processador.
- II. O tempo de execução do computador é medido em ciclos; cada ciclo representa uma oscilação completa de um sinal elétrico fornecido pelo gerador de relógio do sistema. A velocidade do computador geralmente é dada em GHz.
- III. O processador é um componente de *hardware* que executa um fluxo de instruções em linguagem de máquina.
- IV. Um aplicativo é primariamente um gerenciador de recursos do computador, seu projeto está intimamente ligado aos recursos de *software* e *hardware* que devem gerenciar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

17. No *Windows XP*, para formatar um disco é necessário selecionar um sistema de arquivos. O sistema de arquivos nativo do *Windows XP*, adequado inclusive para unidades de disco grandes e que permite compressão e criptografia de arquivo é conhecido como

- (A) FAT16.
- (B) FAT32.
- (C) FAT64.
- (D) NTFS.
- (E) MFT.

18. No *Word 2010*, é possível localizar-se rapidamente em documentos longos, reorganizar com facilidade os documentos arrastando e soltando seções em vez de copiar e colar, além de localizar conteúdo usando a pesquisa incremental. Para isso é necessário

- (A) clicar na opção Localizar da guia Exibição.
- (B) habilitar o Painel de Navegação clicando na guia Exibição e marcando a opção Painel de Navegação.
- (C) clicar na opção Pesquisa Incremental da guia Pesquisa.
- (D) exibir o Painel de Navegação clicando na guia Inserir pesquisa.
- (E) habilitar o Painel de Localização clicando na guia Inserir e marcando a opção Painel de Localização.

19. É um exemplo de URL (*Uniform Resource Locator*) INCORRETO:

- (A) smtp://www.map.com.br/força/brasil.html
- (B) https://www.uni.br/asia/china.php
- (C) http://dev.doc.com/downloads/manuais/doc.html
- (D) ftp://ftp.foo.com/home/foo/homepage.html
- (E) file://localhost/dir2/file.html

20. Sobre segurança da informação é correto afirmar:

- (A) Os usuários de sistemas informatizados, devem ter acesso total aos recursos de informação da organização, sendo desnecessário a utilização de *login* e senha.
- (B) As organizações não podem monitorar o conteúdo dos *e-mails* enviados e recebidos pelos seus colaboradores e nem utilizar esses dados para fins de auditoria e/ou investigação.
- (C) É possível saber quais páginas foram acessadas por um computador, identificar o perfil do usuário e instalar programas espões, entretanto, não é possível identificar esse computador na Internet devido ao tamanho e complexidade da rede.
- (D) Para criar senhas seguras é indicado utilizar informações fáceis de lembrar, como nome, sobrenome, número de documentos, números de telefone, times de futebol e datas.
- (E) Um *firewall*/roteador ajuda a promover uma navegação segura na *web*, pois permite filtrar os endereços e bloquear o tráfego de *sites* perigosos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. O controle difuso de constitucionalidade é verificado quando
- (A) a Câmara dos Deputados desaprova emenda constitucional que altera Cláusula Pétrea.
  - (B) o legitimado para julgar for apenas a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) se reconhece o seu exercício a todos os membros do Poder Judiciário.
  - (D) o Senado Federal desaprova projeto de lei tendente a revogar Cláusula Pétrea.
  - (E) o chefe do Poder Executivo veta lei que viola as disposições constitucionais.

22. Herculano presenciou Humberto torturar Plínio e não o impediu. De acordo com o disposto na Constituição Federal, Herculano
- (A) não responderá pelo crime de tortura, porém poderá testemunhar em juízo contra Humberto.
  - (B) não responderá pelo crime de tortura mas, em razão da sua omissão, terá que indenizar solidariamente o dano.
  - (C) não responderá pelo crime de tortura e não indenizará Plínio.
  - (D) responderá pelo crime de tortura, que é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
  - (E) responderá pelo crime de tortura, que é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

23. Com o fim de instalar fábrica de válvulas para venda no mercado consumidor da região, a empresa BBBOY licitamente iniciou o desmatamento de parte da floresta existente em sua propriedade munida de prévias autorizações dos órgãos competentes. Isidoro, cidadão brasileiro, dono da empresa IAIEE que até então era a única fabricante de válvulas na região, ficou temeroso com a futura queda do faturamento da sua empresa quando sua concorrente terminasse as instalações da fábrica. Então, Isidoro propôs ação popular visando anular ato lesivo ao meio ambiente sob a falsa alegação de que as licenças de desmatamento expedidas pelos agentes administrativos teriam sido obtidas pela empresa BBBOY mediante o pagamento de propina. De acordo com a Constituição Federal, Isidoro
- (A) é parte legítima para propor ação popular e se, comprovada a sua má-fé, será condenado ao pagamento das custas judiciais e dos ônus da sucumbência.
  - (B) deveria ter ingressado com *habeas data* ao invés de ação popular, que será extinta e ele será condenado nas penas por litigância de má-fé.
  - (C) é parte ilegítima para propor ação popular e será condenado ao pagamento das custas processuais e do ônus da sucumbência independentemente de má-fé.
  - (D) é parte ilegítima para propor ação popular e só será condenado ao pagamento das custas processuais e do ônus da sucumbência se provada a sua má-fé.
  - (E) é parte ilegítima para propor ação popular porque é sócio de pessoa jurídica concorrente da empresa BBBOY, sendo manifesto o seu interesse na interrupção do processo de instalação da fábrica.

24. O modo de aquisição da nacionalidade secundária depende
- (A) da origem sanguínea e territorial.
  - (B) da vontade do indivíduo e do Estado.
  - (C) do fato natural do nascimento.
  - (D) da origem territorial, apenas.
  - (E) da origem sanguínea, apenas.

25. Sobre o Poder Judiciário, o critério que considera como jurisdição aquilo que o legislador constituinte incluiu na competência dos órgãos Judiciários e como administração o que conferiu aos órgãos do Executivo é classificado de
- (A) estático.
  - (B) híbrido.
  - (C) volátil.
  - (D) orgânico.
  - (E) flexível.

26. No caso de comoção grave de repercussão nacional, o Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio mediante prévia oitiva do
- (A) Procurador-Geral da República.
  - (B) Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Defesa.
  - (C) Conselho Nacional de Justiça e do Congresso Nacional.
  - (D) Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
  - (E) Senado Federal.

**Direito Administrativo**

27. No que concerne à Administração Pública, o princípio da especialidade tem por característica
- (A) a descentralização administrativa através da criação de entidades que integram a Administração Indireta.
  - (B) a fiscalização das atividades dos entes da Administração Indireta.
  - (C) o controle de seus próprios atos, com possibilidade de utilizar-se dos institutos da anulação e revogação dos atos administrativos.
  - (D) a relação de coordenação e subordinação entre uns órgãos da Administração Pública e outros, cada qual com atribuições definidas em lei.
  - (E) a identificação com o princípio da supremacia do interesse privado, inerente à atuação estatal.



<p>28. Considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. Autoriza mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse público, que é sempre variável no tempo.</p> <p>II. Garante o direito adquirido dos usuários à manutenção de determinado regime jurídico.</p> <p>III. Os contatos administrativos podem ser alterados ou rescindidos unilateralmente para atender ao interesse público.</p> <p>Constitui característica do princípio da mutabilidade do regime jurídico, inerente aos serviços públicos, o que consta APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e III. (C) II. (D) II e III. (E) III.</p>	<p>32. A licença por motivo de doença em pessoa da família, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses, dentre outras, na seguinte condição, por até</p> <p>(A) 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração. (B) 100 dias, consecutivos ou não, sem remuneração. (C) 120 dias, consecutivos, mantida a remuneração do servidor. (D) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor. (E) 90 dias, consecutivos, mantida a remuneração do servidor.</p>
<p>29. NÃO constitui característica da concessão de serviço público:</p> <p>(A) delegação contratual da execução do serviço. (B) necessidade de licitação. (C) responsabilidade subjetiva do concessionário. (D) permanecer o Poder Público sempre com a titularidade do serviço. (E) contratação <i>intuitu personae</i>.</p>	<p>33. Considere:</p> <p>I. Cobrança de despesas processuais. II. Divulgação oficial dos atos administrativos. III. Fazer-se assistir obrigatoriamente por advogado.</p> <p>No processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999), vigora como regra, o que consta APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>
<p>30. Considere a seguinte afirmação, acerca da classificação dos órgãos públicos:</p> <p><i>São os que se localizam na cúpula da Administração, subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes; gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica e participam das decisões governamentais.</i></p> <p>A afirmação trata dos órgãos públicos denominados</p> <p>(A) dependentes. (B) independentes. (C) superiores. (D) subalternos. (E) autônomos.</p>	<p>34. Sobre o Controle Judicial, especificamente no que diz respeito aos atos políticos e aos atos <i>interna corporis</i>, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os atos <i>interna corporis</i>, em regra, são apreciados pelo Poder Judiciário. (B) Os atos políticos não são passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário. (C) Ambos podem ser apreciados pelo Poder Judiciário se causarem lesão a direitos individuais ou coletivos. (D) Apenas os atos políticos podem ser apreciados pelo Poder Judiciário, desde que causem lesão a direitos individuais ou coletivos. (E) Apenas os atos <i>interna corporis</i> podem ser apreciados pelo Poder Judiciário, desde que causem lesão a direitos individuais ou coletivos.</p>
<p>31. No que concerne à dispensa de licitação, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A licitação deserta não se confunde com a licitação fracassada; nesta última, a dispensa de licitação é possível. (B) As hipóteses de dispensa nem sempre ficam inseridas na competência discricionária da Administração. (C) Em razão de situações excepcionais, a dispensa é possível em certas situações em que a demora do procedimento é incompatível com a urgência na celebração do contrato. (D) Se comprovado o superfaturamento decorrente da dispensa, respondem solidariamente, pelo dano causado à Fazenda Pública, o fornecedor ou prestador de serviços e o agente público responsável. (E) É dispensável a licitação para a contratação de instituição brasileira, incumbida estatutariamente, da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que tenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.</p>	<p>35. Carlos, servidor público federal, está sendo processado em ação de improbidade administrativa. A petição inicial da referida demanda imputa-lhe o cometimento do seguinte ato: <i>frustrar a licitude de concurso público</i>. Referida conduta, para efetivamente caracterizar ato ímprobo, previsto no artigo 11 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa),</p> <p>(A) depende de ocorrência de lesão ao erário. (B) exige ação obrigatoriamente dolosa de Carlos. (C) exige ação dolosa ou culposa de Carlos. (D) independe de qualquer elemento subjetivo. (E) exige obrigatoriamente enriquecimento ilícito de Carlos.</p>

**Direito Civil**

36. A respeito dos bens públicos, é correto afirmar que
- (A) os bens dominicais constituem o patrimônio da pessoa jurídica de direito público e, por isso, são inalienáveis.
  - (B) os terrenos e edifícios usados pelo próprio Estado para execução de serviço público especial são considerados bens de uso geral ou uso comum do povo.
  - (C) as praças, ruas e estradas podem ser alienadas enquanto destinadas ao uso comum do povo.
  - (D) a venda de bens de uso comum do povo pelo Estado denomina-se desafetação.
  - (E) os bens de uso comum do povo não perdem essa característica se o Estado regulamentar sua utilização de maneira onerosa.
37. Sobre prescrição e decadência, considere:
- I. Pode ser renunciada pela parte, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois da consumação.
  - II. Não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.
- Tais afirmativas são, dentre outras, características da
- (A) prescrição e da decadência convencional, respectivamente.
  - (B) decadência legal e da prescrição, respectivamente.
  - (C) prescrição e da decadência legal, respectivamente.
  - (D) decadência legal.
  - (E) prescrição.
38. João é devedor das quantias de R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00 para um estabelecimento bancário, relativas a débitos da mesma natureza, ambos líquidos e vencidos. O direito que a lei lhe assegura de indicar a qual deles oferece pagamento denomina-se
- (A) dação em pagamento.
  - (B) imputação do pagamento.
  - (C) pagamento com sub-rogação.
  - (D) novação.
  - (E) compensação.
39. Tício vendeu uma coleção de livros jurídicos a Cícero, sendo que, três meses depois, o comprador descobriu que um dos livros apresentava defeito oculto e estava em branco. Nesse caso, Cícero
- (A) não poderá rejeitar a coleção porque já foi ultrapassado o prazo máximo de trinta dias da data da celebração do contrato.
  - (B) poderá rejeitar a coleção e reclamar abatimento no preço.
  - (C) só poderá rejeitar a coleção se o alienante conhecia o vício e não avisou o comprador no ato da venda.
  - (D) não poderá rejeitar a coleção, porque o defeito oculto de uma das coisas vendidas em conjunto não autoriza a rejeição de todas.
  - (E) poderá rejeitar a coleção e pleitear indenização por perdas e danos.

40. José foi acusado de, dirigindo um veículo automotor, ter atropelado um pedestre e lhe causado ferimentos. No processo criminal relativo ao fato, foi decidido que José não foi o autor do fato, tendo a sentença criminal transitado em julgado. Nesse caso, na esfera civil, José
- (A) só poderá vir a ser responsabilizado pelos danos morais decorrentes do atropelamento.
  - (B) poderá vir a ser responsabilizado pelos danos materiais e morais decorrentes do atropelamento porque a responsabilidade civil é independente da criminal.
  - (C) não mais poderá ser responsabilizado pelos danos materiais e morais decorrentes do atropelamento.
  - (D) poderá vir a ser responsabilizado pelos danos materiais decorrentes do atropelamento porque a sentença criminal não afastou a existência do fato.
  - (E) poderá vir a ser responsabilizado pelos danos morais decorrentes do atropelamento porque a sentença criminal não afastou a existência do fato.

**Direito Processual Civil**

41. Numa ação ordinária, duzentas pessoas litigam na condição de litisconsortes ativos facultativos. O réu formulou pedido de limitação do litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, alegando dificultar a defesa. Nesse caso, o pedido de limitação
- (A) não interrompe o prazo para resposta.
  - (B) interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.
  - (C) implica no cômputo em dobro do prazo para resposta.
  - (D) só duplica o prazo para resposta se houver concórdância dos autores.
  - (E) implica na extinção do processo sem resolução do mérito, devendo cada litigante ajuizar ação autônoma.
42. Considere:
- I. José ajuizou ação de reparação de danos contra João, por ter demolido, sem a sua autorização, o muro de sua propriedade. João alega ter agido em cumprimento às instruções do vizinho Tício.
  - II. Paulo ajuizou ação de cobrança de aluguéis contra Pedro, fiador do locatário Tício.
- A intervenção do terceiro, Tício, nas referidas situações se dará, respectivamente, através de
- (A) chamamento ao processo e denunciação da lide.
  - (B) denunciação da lide e nomeação à autoria.
  - (C) nomeação à autoria e denunciação da lide.
  - (D) nomeação à autoria e chamamento ao processo.
  - (E) denunciação da lide e chamamento ao processo.





<p>43. José, residente e domiciliado fora do Brasil, pretende ajuizar no Brasil ação fundada em direito real sobre bem móvel em face de João, também residente e domiciliado fora do Brasil. A ação</p> <p>(A) poderá ser proposta em qualquer foro.</p> <p>(B) só poderá ser ajuizada no foro do último domicílio de João no Brasil.</p> <p>(C) só poderá ser ajuizada no foro do último domicílio de José no Brasil.</p> <p>(D) só poderá ser ajuizada no foro do local onde estiver o bem móvel.</p> <p>(E) só poderá ser proposta no foro da última residência de João no Brasil.</p>	<p>47. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é obrigatória a concessão de um intervalo intrajornada de quinze minutos quando a duração do trabalho ultrapassar</p> <p>(A) 2 horas e não exceder 4 horas.</p> <p>(B) 3 horas e não exceder 5 horas.</p> <p>(C) 4 horas e não exceder 6 horas.</p> <p>(D) 5 horas e não exceder 7 horas.</p> <p>(E) 6 horas e não exceder 8 horas.</p>
<p>44. Em regra, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, independe de preparo</p> <p>(A) o recurso extraordinário.</p> <p>(B) o recurso especial.</p> <p>(C) o agravo retido.</p> <p>(D) o agravo de instrumento.</p> <p>(E) a apelação.</p>	<p>48. Considere as seguintes situações ocorridas durante o período aquisitivo de férias:</p> <p>I. Valentina pediu demissão de seu emprego na empresa V. Após, cinquenta dias ela se arrependeu de ter deixado o emprego e pediu a sua readmissão que foi aceita no 51º dia subsequente à sua saída.</p> <p>II. Juma, empregada da empresa Selva, permaneceu, com percepção de salários, em gozo de licença, por 45 dias.</p> <p>III. Zé Leão, empregado da empresa Água permaneceu, com percepção de salários, em gozo de licença, por 22 dias.</p> <p>IV. Yasmim deixou de trabalhar por 60 dias, com percepção do salário, em virtude de paralisação parcial dos serviços da sua empregadora, a empresa Y.</p> <p>Nestes casos, terá direito a férias APENAS os empregados indicados nas situações</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>45. A respeito da ação monitória, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O titular de prova escrita não é obrigado a utilizar a ação monitória, podendo optar pelo procedimento comum.</p> <p>(B) Cabe citação por edital em ação monitória.</p> <p>(C) É admissível ação monitória fundada em cheque prescrito.</p> <p>(D) Cabe citação com hora certa em ação monitória.</p> <p>(E) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública.</p>	<p>49. Magali, Kátia e Cíntia são empregadas da empresa "Dourada". Todas as empregadas realizam viagens de trabalho. Magali recebe diária de viagem que excede em 52% o valor de seu salário. Kátia recebe diária de viagem que excede em 33% o valor de seu salário e Cíntia recebe diária de viagem que excede em 61% o valor de seu salário. Nestes casos,</p> <p>(A) integram o salário, pelo seu valor total, mas sem efeitos indenizatórios, as diárias de viagens recebidas apenas por Cíntia.</p> <p>(B) não integram o salário para todos os efeitos as diárias de viagens recebidas por todas as empregadas tendo em vista que diárias de viagens são retribuições pagas.</p> <p>(C) integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagens recebidas apenas por Cíntia.</p> <p>(D) integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagens recebidas apenas por Kátia.</p> <p>(E) integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagens recebidas apenas por Magali e Cíntia.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito do Trabalho</b></p> <p>46. O trabalho em regime de tempo parcial</p> <p>(A) não dá direito à férias por expressa disposição legal, tendo em vista que a sua jornada de trabalho não atinge quarenta e quatro horas semanais.</p> <p>(B) é aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais.</p> <p>(C) é aquele cuja duração não exceda a vinte e oito horas semanais.</p> <p>(D) dá ao empregado direito ao seu período de férias reduzido pela metade se tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo.</p> <p>(E) dá ao empregado direito a seis dias de gozo de férias, para a duração do trabalho semanal igual ou inferior a cinco horas.</p>	



50. No tocante a prescrição em matéria trabalhista, considere:

- I. As causas suspensivas da prescrição paralisam o curso da prescrição já iniciada e, cessada a causa que a determinou, o prazo transcorrido será adicionado ao restante, para a consumação da prescrição.
- II. Tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial.
- III. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato.
- IV. Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

51. O adicional de periculosidade pago na proporção de

- (A) 20% sobre o salário, incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais.
- (B) 20% sobre o salário, incide sobre o salário básico acrescido de outros adicionais, tal como participações nos lucros das empresas.
- (C) 30% sobre o salário, incide sobre o salário básico acrescido de outros adicionais, tal como gratificações e prêmios.
- (D) 30% sobre o salário, incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais.
- (E) 35% sobre o salário, incide sobre o salário básico acrescido de outros adicionais, tal como participações nos lucros das empresas.

52. Com relação a renúncia em matéria trabalhista, é correto afirmar:

- (A) A renúncia a direitos futuros é, em regra, inadmissível, sendo proibido pelo TST, inclusive, a pré-contratação de horas extras pelos bancários quando da sua admissão.
- (B) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles não tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.
- (C) O direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado, sendo que o pedido de dispensa de cumprimento sempre exige o empregador de pagar o respectivo valor.
- (D) Trata-se de uma relação jurídica em que as partes fazem concessões recíprocas, nascendo daí o direito de ação.
- (E) No curso do contrato trabalhista a renúncia é inadmissível em qualquer hipótese, obedecendo-se ao princípio da proteção, bem como a relação de hipossuficiência existente.

### Direito Processual do Trabalho

53. O princípio, que determina que o reclamado deverá alegar na contestação, simultaneamente, as matérias relacionadas com as preliminares (art. 302 do CPC), bem como as matérias relacionadas ao mérito em razão da possibilidade das preliminares arguidas não serem acolhidas é, especificamente, o da

- (A) extrapetição.
- (B) busca da verdade real.
- (C) eventualidade.
- (D) finalidade.
- (E) estabilidade da lide.

54. Mário ajuizou reclamação trabalhista verbal, sem a constituição de advogado, em face da empresa W. A reclamação trabalhista foi julgada improcedente e Mário contratou Hortência, advogada, para interpor Recurso Ordinário. Hortência interpôs o recurso, mas não juntou à peça processual o referido instrumento de mandato. Neste caso, de acordo com entendimento Sumulado do TST

- (A) a parte deverá ser previamente intimada para regularizar a representação processual no prazo peremptório de cinco dias.
- (B) será admitido o oferecimento de procuração posteriormente, uma vez que a o instrumento de mandato poderá ser anexado aos autos a qualquer momento até o julgamento do referido recurso.
- (C) só será admitido o oferecimento de procuração após o protocolo de recurso, mediante protesto por posterior juntada na referida peça processual.
- (D) não será admitido o oferecimento de procuração posteriormente, tendo em vista que é inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, ainda que mediante protesto por posterior juntada.
- (E) a parte deverá ser previamente intimada para regularizar a representação processual no prazo peremptório de quinze dias.

55. Murilo ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa Azul Ltda; Mateus ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a multinacional Blue; e Matias ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa Branca Ltda. Na audiência UNA já designada nos respectivos processos, todas as empresas pretendem enviar prepostos. Nestes casos, considerando que Murilo e Mateus possuem mais de dez anos de contrato de trabalho, de acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o preposto deve ser necessariamente empregado

- (A) das empresas Azul, Blue e Branca.
- (B) das empresas Azul e Branca, apenas.
- (C) da empresa Blue, apenas.
- (D) das empresas Azul e Blue, apenas.
- (E) da empresa Branca, apenas.



56. Segundo o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença, quando não juntada a ata da sentença ao processo em
- (A) 24 horas, contadas da audiência de julgamento.
- (B) 48 horas, contadas da audiência de julgamento.
- (C) três dias, contados da audiência de julgamento.
- (D) cinco dias, contados do dia seguinte da audiência de julgamento.
- (E) dez dias, contados do dia seguinte da audiência de julgamento.
- 
57. De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho o litisconsórcio, na ação rescisória, é
- (A) inadmissível pela legislação trabalhista vigente.
- (B) sempre necessário independentemente do polo da demanda (ativo ou passivo).
- (C) sempre facultativo independentemente do polo da demanda (ativo ou passivo).
- (D) necessário em relação ao polo ativo da demanda, apenas.
- (E) necessário em relação ao polo passivo da demanda, apenas.
- 
58. Considere as seguintes assertivas a respeito do mandado de segurança:
- I. O *jus postulandi* das partes, estabelecido na CLT, alcança o mandado de segurança de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- II. No caso de tutela antecipada concedida antes da sentença, caberá a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.
- III. Em regra, a antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.
- 
59. No tocante à impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990) considere:
- I. Para os efeitos de impenhorabilidade, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.
- II. O credor de pensão alimentícia não possui distinção legal em face dos demais credores, uma vez que a impenhorabilidade do bem de família a este é oponível.
- III. A impenhorabilidade do bem de família compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.
- IV. A impenhorabilidade do bem de família é oponível em qualquer processo de execução trabalhista, salvo se movido em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.
- 
60. No tocante ao Recurso de Revista, considere:
- I. Não se conhece de recurso de revista, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.
- II. Nos dissídios coletivos não há possibilidade de utilização do recurso de revista haja vista que são processos de competência originária dos tribunais.
- III. Caberá recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
- IV. É incabível o recurso de revista para reexame de fatos e provas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.



### PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

1. Responda fundamentadamente, no que concerne ao Direito Processual do Trabalho, em que consistem os efeitos translativo, regressivo, substitutivo, devolutivo e suspensivo dos recursos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	